O jornal do Farmacêutico
SINDIFARMA
Publicação do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia Dezembro de 2017 18

Sindifarma-Ba na luta contra as reformas!

Editorial

Desde o final de 2016, o Brasil tem sentido os danos das crises econômicas e politica que atinge principalmente ao trabalhador. As propostas de reformas da previdência e do trabalho, da forma como são expostas pelo governo Michel Temer, sem qualquer discussão com a sociedade e retirando direitos dos trabalhadores que foram duramente conquistados na última década, são totalmente repudiadas por sindicatos e entidades de classe.

A Reforma da Previdência, por exemplo, esta na Câmara dos Deputados a espera da votação, que só não teve a data definida em função dos escândalos das gravações dos executivos da JBS contra o presidente, o senador Aécio Neves e demais políticos envolvidos em supostos crimes de obstrução da justiça, corrupção ativa e passiva, crimes contra administração pública, o sistema financeiro e a ordem tributária, além de lavagem de dinheiro. Para que a reforma passe na casa é preciso da aprovação de 308 deputados, sendo que muitos dos que se colocam a favor são investigados pela Lava Jato. Já a Reforma Trabalhista passou no Senado e foi sancionada por Michel Temer, que tanto articulou para tal resultado. Com um discurso sobre "modernização" da relação trabalhista, os senadores aprovaram reforma que é um grande retrocesso para os trabalhadores e um desmonte da arquitetura sindical do país.

Um dos pontos cruciais defendido no texto da reforma trabalhista, e que desmonta a Justiça do Trabalho, é o de fazer valer o negociado sobre o legislado, assim como o fim do imposto sindical, que é destinado para a defesa coletiva dos trabalhadores; entre outras medidas que vão enfraquecer e precarizar a relação de trabalho no país.

O projeto aprovado, de acordo com especialistas em direito do trabalhador, fere as conquistas da CLT e impedem o acesso do trabalhador à Justiça. Portanto, se trata de uma profunda, e negativa, alteração no modo de produção e nas relações de trabalho.

Mensagem do Presidente

Caros farmacêuticos,

Muitas são as lutas que temos de enfrentar nesses tempos complicados. As reformas impostas pelo governo de Michel Temer e as medidas devastadora, como o fim do Programa Farmácia Popular, que deu acesso à população mais carente aos medicamentos oferecidos pelo governo. O que ocorre é que estão tirando, pouco a pouco, todos os direitos e benefícios conquistados com muita luta em favor do povo brasileiro e dos trabalhadores e trabalhadoras deste país.

Não é possível cruzar os braços diante de tantas medidas cruéis e desumanas. Precisamos unir-nos para evitar que o desmonte seja feito. A força dos sindicatos não pode ser quebrada. É por meio dessas entidades de classe que conseguimos barrar os abusos cometidos pela classe empregadora, que combatemos a precarização do trabalho, que conseguimos negociar piso salarial e acordos em prol do trabalhador. Por isso, que o Sindifarma-Ba se coloca contra todas as medidas propostas e aprovadas, como a reforma trabalhista, e reitera a participação nos movimentos contra a retirada dos direitos dos trabalhadores. Desejo a todos um excelente final e começo de ano e que 2018 seja de conquistas para todos nós trabalhadores brasileiros.

Precisamos unir-nos mais do que nunca. Quanto mais unidos, mais fortes estaremos nessa luta!

MAGNO TEIXEIRA
Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos da Bahia

Expediente

O jornal da Farmacêutica
SINDIFARMA
Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia
Fundada em 25 de novembro de 1959

Todas as matérias são de responsabilidade da diretoria: **PRESIDENTE:** MAGNO LUIZ SILVEIRA TEIXEIRA; **VICE-PRESIDENTE:** JOSÉ JORGE SILVA JÚNIOR; **TESOUREIRA:** ELIANA CRISTINA DE SANTANA FIAIS; **SECRETÁRIO:** CLÓVIS DE SANTANA REIS; **SECRETÁRIA DE IMPRENSA:** EDÊNIA SOCORRO ARAÚJO DOS SANTOS; **ASSUNTOS JURÍDICOS:** ELIANE DE ARAUJO SIMÕES; **CULTURA, ESPORTE E LAZER:** MARIA SORAYA PINHEIRO DE AMORIM; **DIRETORES:** SÔNIA MARIA CARVALHO, MILENE SANTOS LIMA SAMPAIO, JEFERSON ARAÚJO DO COUTO, IRINEO WALMOR JÚNIOR, ARIVALDO DE MORAES SANTANA, DANILO FIGUEREDO VIANA VIANA, ARIEL RIOS REZENDE, LUCIANO SALES DE ALMEIDA, THAIS LESSA SANTOS, LORENA SAMPAIO FRANCHI, LUCIANO AUGUSTO MAIA DO NASCIMENTO, ANA PATRÍCIA NOGUEIRA DANTAS, RODRIGO NOVAIS OLIVEIRA, WAGNER CURVELO DE MATOS, EDSON SANTOS DA SILVA, ANDERSON SPÍNOLA MACÊDO, RONALDO SANTOS, REGINALDO COSME CANDEIAS DA CRUZ; GIBRAN SOUSA EVANGELISTA

Av. Sete de Setembro, 88 - Ed. Barão do Rio Branco - 6º andar - Sala 602 - Relógio de São Pedro - Salvador - Bahia - Cep. 40080-001 - Telefones (0xx71) 3266-0464 / 3266-6043
www.sindifarma.org.br e-mail: sindifarma@sindifarma.org.br twitter.com/Sindifarma Sindifarma-BA Twitter.com/Sindifarma @sindifarma

Jornalista Responsável: Joana Lopo DRT/BA 3873 Editoração Eletrônica: Lucca Duarte Impressão: Gráfica ***Distribuição Gratuita***

Dia do Trabalhador foi marcado por manifestações

O 1º de maio deste ano foi marcado por muitas manifestações e lutas da classe trabalhadora. Dirigentes do Sindicato dos Farmacêuticos da Bahia (Sindifarma) foram às ruas contra as propostas de reformas: trabalhista e previdenciária. Assim como pelo encerramento do Programa Farmácia Popular do Brasil, anunciada no início deste ano pelo governo de Michel Temer.

Para a diretora do Sindifarma-Ba, Soraya Amorim, que esteve presente em todas as manifestações, o povo e todas as entidades de classe precisam se unir e lutar contra as medidas que, se aprovadas, vão prejudicar ainda mais a situação do trabalhador brasileiro. "O que o governo esta propondo é um grande absurdo que só afeta ao trabalhador assalariado. Não taxam as grandes fortunas, não mexem nos benefícios de juízes, dos parlamentares. Eles querem sair da crise econômica à custa dos já baixos salários dos trabalhadores. Precisamos lutar contra essas medidas".

Frente Parlamentar é instalada em defesa da Farmácia Popular

Após diversas manifestações e protestos da classe farmacêutica do país, dos quais o Sindifarma-Ba participa efetivamente, foi instalada uma Frente Parlamentar, constituída por iniciativa do deputado Adail Carneiro (PP-CE), em 17 de maio último, no plenário 10 da Câmara dos Deputados, para defender a continuidade e reestruturação do Programa Farmácia Popular do Brasil.

O programa passa por inúmeras dificuldades e é ameaçado de exclusão das políticas públicas do Governo Federal. Por isso, a Frente Parlamentar visa promover ações para aprimorar a legislação federal, de modo a fomentar e organizar o Programa Farmácia Popular do Brasil.

Veja como atuará:

- Dar apoio à simplificação da carga tributária, a desburocratização, a regulamentação e aperfeiçoamento dos meios de compras e pagamentos afim de que se evite fraudes no programa;
- Discutir, acompanhar, apoiar ou propor a tramitação de propostas que ajudem a democratizar o acesso regular e permanente de todos os brasileiros a medicamentos mais baratos e com assistência farmacêutica garantida;
- Realizar ou apoiar as realizações de seminários, debates e outros eventos que tratem de temas importantes para a frente parlamentar; e
- Articular e integrar as atividades da frente parlamentar com as ações do governo ou da sociedade civil organizada voltada para o tema da assistência farmacêutica.

Sindifarma-Ba esta na luta contra os cursos EAD em saúde

clínicas, assistenciais, integralmente a distancia", constata a parlamentar.

Assim como Portugal, a representante do Conselho Federal de Farmácia - CFF, Zilamar Fernandes, abordou a impossibilidade do desenvolvimento de competências, especialmente habilidades práticas dos profissionais de saúde para os serviços de saúde, bem como e a precariedade da oferta de cursos EAD para esse propósito. "É um risco para a área de saúde a geração de profissionais formados a distância", observa.

Não à toa que o Sindifarma esta consonante com a rejeição dos cursos em EAD e une-se à luta contra a precarização da educação em saúde. Essa luta é de toda a sociedade!

Representantes do Sindicato dos Farmacêuticos da Bahia – Sindifarma acompanharam audiência pública da Comissão de Educação da Câmara, no plenário federal, em 8 de agosto último, sobre ensino EAD para a área de Saúde. Na ocasião, a deputada Alice Portugal, líder do PCdoB, defendeu a aprovação do Projeto de Lei N° 7121/2017, de sua autoria, que proíbe a autorização e o reconhecimento dos cursos de graduação ministrados à distância na área da saúde. "É impossível que algum profissional da área tenha condições de sair com uma formação minimamente aceitável sem que tenha se avistado com um ser humano, à sua frente, dependente do seu conhecimento. Não existe desenvolvimento de competências, habilidades interpessoais, humanas,

1ª Conferência Estadual de Saúde da Mulher

Diretoria do Sindifarma-Ba marca presença na 1º Conferência Estadual de Saúde da Mulher - Bahia, que ocorreu no início de agosto, em Salvador. Soraya Amorim, Eliane Simões e Sônia Carvalho são as vozes femininas do sindicato em evento que reuniu especialistas em saúde, como o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Ronald Ferreira.

Todos juntos pela saúde das mulheres!

Diretora do Sindifarma-Ba, nomeada conselheira de saúde municipal, visita os serviços de saúde de Salvador

Um dos princípios mais importantes do Sistema Único de Saúde é a participação da sociedade no processo de fiscalização dos recursos e no andamento dos trabalhos desenvolvidos no sistema. Assim, um Conselho Municipal (CMS) atuante garante a participação direta da população no controle e na elaboração de políticas para a gestão de saúde da cidade.

Algumas das responsabilidade do CMS são:

- Controlar o dinheiro da saúde;
- Monitorar a execução das ações na área da saúde;
- Participar da formulação das metas para a área da saúde;
- Reunir-se ao menos uma vez por mês;
- Acompanhar as verbas que são encaminhadas pelo SUS e também os repasses de programas federais.

Desta forma, o conselheiro não apenas comparece às reuniões e externa suas considerações sobre demandas de pauta, mas também acompanha, em campo, a assistência à saúde oferecida à população. Assim, a conselheira farmacêutica Sônia Carvalho tem participado de visitas aos postos de saúde de Salvador e constatou:

- Quadro insuficiente de farmacêuticos;
- Dificuldade de aquisição de medicamentos;
- Espaço para armazenamento e dispensação insuficientes;
- Farmacêuticos exercendo sobreposição de funções;

"As visitas continuarão. Iremos relatar e discutir no pleno do CMS para que sejam tomada providências a fim de sanar as deficiências", afirma Sônia Carvalho.

Imposto Sindical

Após reforma trabalhista, a contribuição sindical estava prevista em lei, na CF/88 e CLT. Agora já não é mais obrigatória, tornando-se facultativa. Entretanto, o imposto sindical é de total importância para fortalecer a entidade e os trabalhadores, sendo que contribui para as campanhas desenvolvidas pelo sindicato, financiamento, em especial, das ações jurídicas, manutenção do funcionamento da entidade, entre outros benefícios.

Portanto, o pagamento realizado ao sindicato é um meio de torná-lo mais forte nas lutas pela valorização e fortalecimento da categoria. Não deixe de contribuir com o seu sindicato. É por meio disso que se luta por melhores salários, por melhores condições de trabalho, pela valorização profissional, além de ser uma entidade de amparo ao trabalhador. Assim, cobrar o imposto sindical é uma forma de proporcionar os benefícios para a categoria representada, pois a arrecadação contribui para o fortalecimento de toda a categoria profissional, pois com ela a entidade de classe ganha força para implementar políticas de defesa dos interesses e direitos de seus representados perante o empregador, estado e sociedade.

A manutenção do Sindifarma-BA só depende de você!

Para viabilizar suas ações de valorização e defesa profissional, o Sindifarma-BA conta com um quadro de trabalhadores. São dois advogados, um jornalista e três funcionários administrativos. No contexto do trabalho desenvolvido, a entidade viabiliza a manutenção de ações jurídicas e de promoção do profissional. Além da defesa e manutenção de salários. As negociações de melhores condições de trabalho e salario com os patronais são desenvolvidas por meio de convocação das assembleias com farmacêuticos, reuniões por setor, elaboração de pautas e reuniões gerais. Como financiamento, o sindicato conta com a taxa assistencial (paga na assinatura do acordo), anuidade (cobrada em dezembro) e imposto sindical (cobrada em abril).

Por isso, para que a manutenção financeira de um sindicato ocorra é preciso que seus associados entendam sobre quanto é imprescindível a filiação e o pagamento da anuidade para que se continue na luta pela valorização e fortalecimento da profissão. Muito á foi conquistado até agora. É preciso continuar forte para combater os desmandos patronais e lutar pelos direitos dos trabalhadores.

Fortaleça o Sindifarma!

XIV Forró dos Farmacêuticos

Forró Sindifarma: tradição nordestina para os farmacêuticos

No dia 9 de junho deste ano, o Sindifarma-Ba realizou o 16º Forró da categoria. Essa tradicional festa reuniu mais de 400 pessoas no Quartel de Amaralina. A festa ficou por conta das bandas Regra de 3 e Trio Resfulengo, que levaram o melhor do ritmo junino para o evento.

Há 16 anos, o sindicato promove o arrasta pé para o público em geral. Segundo o presidente do Sindifarma-Ba, Magno Teixeira, o forró é uma das mais importantes comemorações da categoria. "É um evento cheio de alegria e um momento em que todos se juntam para comemorar essa festa tipicamente nordestina. Ano que vem tem mais e, como sempre, faremos um maravilhoso arrasta-pé".

Força do Trabalho em Saúde, no mundo atual

Entrevista com a Dra. Marcelle Nobre

Durante Conferência Livre realizada em abril deste ano, o Sindifarma-Ba convidou a doutora em ciências farmacêuticas Marcelle Nobre de Carvalho, que fez uma brilhante palestra sobre a Força do Trabalho em Saúde, no mundo atual, dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Em entrevista ao Sindifarma-Ba, a doutora aborda a situação política e econômica do país e de que forma as crises afetam a vida do trabalhador, em especial ao profissional farmacêutico.

Jornal Sindifarma - *Como esta o mercado de trabalho na área de saúde, especialmente em farmácia, no país?*

Marcelle Nobre - O mercado de trabalho no setor saúde cresceu, expandiu e se diversificou nas últimas décadas, especialmente em função da criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Para se ter uma idéia, até o final dos anos 70, a força de trabalho em saúde estava polarizada entre os níveis superior, com destaque para os médicos e enfermeiras, e elementar, sobretudo os atendentes. Com os investimentos na atenção primária em saúde (APS) e a implantação das equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal e do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), o cenário hoje é bem diferente. Além de médicos, enfermeiras e cirurgiões-dentistas, encontramos outras categorias profissionais na composição da força de trabalho no SUS. Com relação ao farmacêutico, o maior empregador do farmacêutico é o setor privado, com destaque para o comércio varejista de medicamentos. Todavia, a crescente participação do farmacêutico no setor público é evidente, o que se deve a inúmeras políticas implementadas no país, que vão desde a publicação da PNM e da PNAF até a implantação do NASF. Entre 2008 e 2014, o número de farmacêuticos nas UBS cresceu 75%. Além disso, segundo pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em 2015, mais 90% dos municípios do Brasil tinha farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica e apenas 33% das UBS do país possui farmacêuticos na dispensação. Esse cenário demonstra que o setor público é um mercado de trabalho farmacêutico em expansão e consolidação.

> “Eu entendo que o trabalhador isolado e massacrado por exaustivas jornadas de trabalho e recebendo remuneração cada vez menor fique apático e impossibilitado de agir. Nesse sentido os sindicatos, associações e própria universidade tem papéis importatissimos.”

JS- *Quais os gargalos do setor que afetam diretamente o trabalhador? Quais soluções?*

MN - O trabalhador, de modo geral, é afetado pela insegurança de toda ordem no mercado de trabalho, especialmente pela flexibilização das relações trabalhistas, a precarização dos vínculos de trabalho, a terceirização crescente em todas as atividades e ramos produtivos. Penso que a classe trabalhadora deve desenvolver consciencia de classe, o que só é possivel por meio da ação politica. Eu entendo que o trabalhador isolado e massacrado por exaustivas jornadas de trabalho e recebendo remuneração cada vez menor fique apático e impossibilitado de agir. Nesse sentido os sindicatos, associações e própria universidade tem papéis importatissimos.

JS - *Como esta a participação das mulheres na área de saúde? Elas ganham menos? Quanto? E em relação aos cargos mais altos, como esta o mercado para as mulheres?*

MN – As mulheres são a maioria da força de trabalho em quase todas as profissões da saúde. Uma das exceções é o mercado de trabalho médico, por exemplo, que ainda é hegemonicamente composto por homens (mais de 57%). De modo geral, segundo o IBGE, as maiores diferenças salariais entre homens e mulheres está nos setores serviços, saúde, agricultura e veterinária. No setor saúde, as mulheres chegam a ganhar, em média, em torno de 55% menos que os homens. Entre as profissões com formação superior, as discrepâncias sofrem variações. Em algumas profissões do setor saúde, as mulheres recebem remunerações inferiores aos homens, como é o caso das médicas e das cirurgiãs-dentistas. Segundo a EPSM - NESCON, a média salarial por hora trabalhada da médica é R$ 79,65 e do médico é R$ 84,41. Entre os cirurgiões-dentistas, esses valores são R$ 41,48 para homens e R$ 39,66 para mulheres. Já em profissões hegemonicamente femininas, como é o caso da nutrição e enfermagem, que se esperava uma diferença favorável às mulheres, o que chama atenção é apenas um ligeira diferença de salário médio por hora trabalhada entre os sexos e em favor dos homens. Quanto as diferenças em relação aos altos cargos, eu não tenho esta informação. Contudo, é sabido que inúmeras profissões de saúde, as mulheres chegam a exercer funções de gestão e direção nos postos de trabalho, como é o caso da enfermagem, que uma boa parte do trabalho está relacionada a coordenação de serviços e setores em todos os níveis de atenção do sistema de saúde. Na Farmácia, por exemplo, as mulheres são a maioria na atividade de gestão municipal da assistência farmacêutica. O que eu percebo é o aumento da participação das mulheres em cargos e posições de direção e comando, mas não com a mesma visibilidade dos homens.

JS - *Quais os danos da terceirização para o trabalhador, especialmente do trabalhador da área de saúde?*

MN - O trabalhador da saúde é um trabalhador de um dos setores que usa intensivamente a força de trabalho: o setor serviço. Mais ainda o setor saúde, que, por sua vez, exige um grande número de trabalhadores e qualificados. Diante disso, terceirizar o trabalhador significa transforma-lo em "peça de reposição", o que no setor saúde é inviável, especialmente nas atividades fins, intimamente ligada ao cuidado das pessoas, o que envolve vinculo, acolhimento etc. Penso que a terceirização deixa o trabalhador inseguro, o que compromete muito o seu desempenho, sobretudo se sua atividade é cuidar de vidas.

JS - *Quais conquistas trabalhistas, das últimas décadas, que considera fundamentais para o desenvolvimento profissional e valorização do trabalho, mas que estão em risco de serem extintas?*

MN - A CLT é uma grande conquista do trabalhador ao regular as relações entre trabalhadores e empregadores, protegendo-o nessa relação que é extremamente desigual. Além disso, a garantia da presença (e sobrevivência) dos sindicatos é outro ganho para o trabalhador, especialmente no processo de negociação de condições de trabalho, remuneração etc. Hoje a sobrevivência dos sindicatos, e a capacidade de articulação dos trabalhadores, estão seriamente ameaçadas com a transformação da contribuição sindical é algo opcional. E assim por diante!

JS - *Qual modelo de relação trabalhista que considera mais próximo do ideal e pelo qual o trabalhador precisa lutar para ter?*

MN - Relações trabalhistas que vejam o trabalhador como ser humano, e que preservem seus direitos, para mim são relações ideais. O trabalho, por si, é importante e fundamental para a vida de qualquer pessoa em qualquer sociedade. Não é só meio de satisfação da necessidade de consumo, como o capitalismo tenta nos fazer acreditar o tempo todo. Ao mesmo tempo em que o capitalismo precisa de consumidores de todo tipo coisa, o trabalhador é visto apenas como mão de obra e mera "peça de reposição". Assim, as relações trabalhistas sempre vão tender a saciar o sempre faminto capital.

JS - *Como esta a empregabilidade no setor de saúde e qual a previsão para os próximos anos com essas reformas do atual governo?*

MN - O nível de empregabilidade no setor saúde foi crescente nas ultimas décadas, sobretudo no setor público, com a expansão do SUS. Hoje, diante inúmeras "reformas" do governo Temer, entre as quais destaco a redução do investimento em áreas importantes e estratégicas, como saúde e educação, penso que o nível de emprego no setor público deve cair. Enquanto isso, o setor privado deve oscilar de acordo com a capacidade de retomada do crescimento econômico do país, sem grande perda na empregabilidade. Possivelmente o que deve afetar o emprego no setor privado é o tipo de relação de trabalho. Com a flexibilização e terceirização, penso que a rotatividade deve aumentar, o que pode dar a sensação de empregabilidade relativamente constante no setor.

A precarização do trabalho e desvalorização do trabalhador

Colegas farmacêuticos,

O mundo do trabalho, no Brasil, passa por momentos de turbulências e dificuldades, de transformações negativas que só contribuem para o crescimento do desemprego. A precarização do trabalho e desvalorização do trabalhador torna a relação entre patrão e empregado desequilibrada, completamente desigual e, pior, com a justiça do trabalho desautorizada e a reforma da previdência caminhando para ser aprovada, o futuro do trabalhador é aterrador, as perspectivas são apenas de piora, cada vez mais teremos menos direitos e jornadas exaustivas.

É verdade que a sociedade mudou, assim como suas demandas. Muitas das relações de trabalho precisam de regulação, que confere proteção ao trabalhador, a sua saúde e remuneração. Para nós farmacêuticos, as perspectivas são mais desfavoráveis. A empregabilidade no setor de farmácias comunitárias mudou com a vigência da Lei Federal 13021/14, mas a predominância de grandes grupos econômicos no setor mantém a postura maléfica nas negociações de trabalho, atuando para a redução salarial, com práticas de assédio moral, desvio de função, entre outros.

Por isso que, o Sindicato dos Farmacêuticos da Bahia – Sindifarma, como entidade de defesa dos trabalhadores e trabalhadoras de farmácia do estado se posiciona contrário às reformas e todas as medidas contra os trabalhadores brasileiros. Como sindicato, defendemos os interesses e direitos dos farmacêuticos e de sua cidadania, mas também estamos ao lado das demais entidades que assumem, como nós, o seu papel na sociedade diante das graves ameaças aos nossos direitos.

Remuneração e condições trabalho dignos não são "despesas", mas investimento que só contribuem para o crescimento do país. Nossa bandeira é reforçada nas diversas negociações e acordos coletivos. Atentamos para a representação do Sindifarma quanto à sua capacidade negocial, que se traduz no direito de contratação coletiva (CF 88), sendo capaz de intervir como parte legítima em ações judiciais, bem como o direito de elaborar a legislação laboral por meio dos acordos coletivos.

Toda a ação sindical é uma contribuição aos trabalhadores, não apenas para a defesa dos seus próprios interesses ou dos seus associados, como também para o desenvolvimento da própria sociedade. Sabemos que a nova lei trabalhista tenta alijar a associação de trabalhadores das entidades, ou seja, dos sindicatos, com o objetivo de enfraquecer a força que temos na defesa do trabalhador. Isso porque, um conjunto de farmacêuticos tem mais força para agir do que cada um por si, individualmente. Presenciamos isto diariamente quando nossos colegas nos procuram pedindo anonimato.

Por esses motivos, também, que a sindicalização continua sendo a solução, especialmente neste momento, ao considerar que o problema entre classe trabalhadora e patrão já esta instalado, e compromete a defesa do empregado. Estar sindicalizado é, portanto, um investimento aos trabalhadores de farmácia, dos serviços aos farmacêuticos para constituir benefícios que se refletem no dia a dia da sua atividade profissional.

Jeferson Couto, farmacêutico

Convenção Coletiva

As entidades de classe (sindicatos, federações e confederações) e as empresas (ou seus sindicatos), normalmente, negociam regras relativas ao trabalhador representado pelas entidades. Quando ambos chegam a um acordo é estabelecida a Convenção Coletiva que, em geral, define salários, adicionais, estabilidade e outros direitos. Mas o acordo tem prazo de duração estabelecido pelas partes, que podem durar, no máximo, dois anos.

Dissídio Coletivo

Já os Dissídios Coletivos são ações ajuizadas no Tribunal para solucionar conflitos entre as partes coletivas que compõem uma relação de trabalho. Só é instaurado o dissídio quando não ocorre um acordo na negociação direta entre trabalhadores ou sindicatos e os empregadores.

Na ausência do acordo, os representantes das classes trabalhadoras ingressam com uma ação na Justiça do Trabalho. Assim, o dissídio é uma forma de solução de conflitos coletivos de trabalho. Por meio dele, o Poder Judiciário resolve o conflito entre os empregadores e os representantes de grupo/categoria dos trabalhadores.

De acordo com o advogado Hélio Leal, que representa o Sindifarma-Ba, tal situação ocorreu entre o Sindifarma e o Sincofarba (Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado da Bahia), em 2012. "Neste ano, o Sindifarma tentou fechar uma Convenção Coletiva com o Sincofarba, mas devido a resistência do patronal em negociar, foi necessário procurar a Justiça do Trabalho por meio do Dissídio Coletivo", disse.

Segundo o advogado, o dissídio alcançava os farmacêuticos que trabalhavam na atividade econômica do comércio varejista de produtos farmacêuticos no Estado da Bahia e que laboraram a partir de 01 de fevereiro de 2012. Entre as cláusulas da Convenção Coletiva, objeto do dissídio, estava a que estabelecia o piso salarial de R$ 4 mil, pertinente à jornada de 40 horas semanais.

Helio Leal, advogado do Sindifarma

"Houve a procedência quanto do Dissídio Coletivo e o trânsito em julgado da sentença (quando não cabem mais recursos), que ocorreu em setembro de 2015. Foi a partir desse período que o Sindifarma passou a ajuizar as ações de cumprimento de sentença normativa que reconheceu a procedência do Dissídio de 2012", explica Dr. Hélio Leal.

Ações em todo o Estado

Como muitas empresas acionadas fazem parte das grandes redes de farmácia, a disputa judicial pode demorar algum tempo em função da grande possibilidade de recursos que o sistema judicial permite e que, normalmente, são utilizados de forma exaustiva por grupos com grande poder econômico. Entretanto, a persistência e lutas que levam ao sucesso dessas ações trarão benefícios econômicos importantes para toda a categoria farmacêutica.

Entretanto, os farmacêuticos que desejarem podem ingressar na justiça individualmente, para isso, é preciso procurar um advogado.

Campanha Salarial Sindifarma-Ba 2017

Representantes do Sindicato dos Farmacêuticos da Bahia – Sindifarma iniciaram campanha salarial para o biênio 2017/2018 desde março último, com o tema: "Nenhum direito a menos: valorizar para avançar!". A campanha salarial é parte da negociação de uma convenção coletiva de trabalho. Trata-se de instrumento normativo, em que um ou mais sindicatos negociam melhorias nas relações de trabalho, além das que já estão previstas na legislação trabalhista.

Após assembleias, o sindicato entregou ao patronal as reivindicações abaixo:

Andamento dos acordos e convenções

SINCOFARBA- Farmácias Comunitárias, distribuidoras e Farmácias com manipulação	Sincofarba não aceita negociar. Piso ético decidido em assembléia.
SINDIFIBA- Hospitais filantrópicos	Em negociação de percentual de reajuste. Negociação conjunta com outras categorias
SINDILAB- Laboratório de análises clínicas	Acordo realizado.
SINDHOSBA - Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde-BA	Acordo realizado.

A solução tem que vir das ruas!

*Por Alice Portugal

As reformas ultraliberais apresentadas pelo governo golpista têm a marca da exclusão. O último relatório da Reforma da Previdência (PEC 287/16), apresentado na comissão especial, é o mais cruel ataque à Previdência pública em nossa história. O texto, além de detalhes minuciosamente calculados, visando o prejuízo atual e futuro dos trabalhadores, impossibilita que a maioria da população do campo e da cidade consiga se aposentar, além de inviabilizar outros benefícios da Seguridade Social.

Os golpistas querem acabar com a aposentadoria por tempo de contribuição ao aumentar a exigência de 15 para 25 anos. Essa é uma das crueldades centrais, quando analisamos os dados da Previdência brasileira. Cerca de 80% dos segurados aposentados não alcançam 25 anos. Um terço dos trabalhadores ocupados hoje não contribui para regime algum em razão da precarização do mundo do trabalho. Mais de 40% dos empregados não conseguem contribuir mais de cinco meses por ano. Na prática, teriam de trabalhar 60 anos para garantir os 25 anos de contribuição.

As mulheres, que já enfrentam discriminação com salários mais baixos, relações trabalhistas precarizadas e dupla jornada, estão entre as mais prejudicadas. Todas perdem direitos. Hoje é possível que se aposentem com idade mínima de 60 anos, o que poderá subir para 62 anos. Para as trabalhadoras rurais, passará de 55 para 57 anos. As professoras podem ter aumento de cinco anos, igualando aos homens da categoria que tem a exigência de 60 anos. Já as servidoras públicas terão ampliação de 55 para 62 anos.

Em outra frente de ataque ao povo, tentam retroceder nas conquistas trabalhistas e desmontar a arquitetura sindical brasileira. Desconsideram que o mercado de trabalho tem alta rotatividade de mão de obra, e a situação está sendo agravada em meio à maior crise econômica dos últimos 30 anos. Com a economia estagnada, em vez de auditar a dívida pública e taxar grandes fortunas, o governo quer, por meio da Reforma Trabalhista (PL 6787/16) – já aprovada na Câmara - mudar mais de 117 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), realizando uma das mais profundas ações de desregulamentação das regras do trabalho no mundo. Banalizam contratos via terceirização, contratos temporários, precários. Desmontam a Justiça do Trabalho, fazendo valer o negociado sobre o legislado, acabam com o imposto sindical, desidratando a única ferramenta de defesa coletiva dos trabalhadores, dentre outras medidas sórdidas.

Os impactos das Reformas da Previdência e Trabalhista para a categoria farmacêutica serão gravíssimos. Temos uma categoria formada por 70% de mulheres, que têm uma jornada de 55 horas semanais, apontados por estudos do Ipea. Não podemos aceitar tanta crueldade com o povo brasileiro. Precisamos tomar as ruas em defesa de eleições diretas e contra o desmonte do Estado nacional e soberano, gritando alto contra a perda de direitos, que ameaça as nossas gerações.

Alice Portugal é Líder do PCdoB e única farmacêutica na Câmara dos Deputados

Sindifarma comemora seu aniversário com caruru!

Em homenagem aos santos São Cosme e Damião, padroeiros dos farmacêuticos, o Sindifarma-Ba realizou, em setembro deste ano, um caruru para comemorar os 58 anos de existência da entidade. Todos se reuniram em uma noite agradável, cheia de quitutes deliciosos e memórias de mais de meio século de lutas a favor do profissional farmacêutico.

Profissionais de saúde e do direito se reúnem para debater a terceirização no serviço público

Debate sobre Terceirização no Serviço Público ocorreu em setembro, no hotel Porto Bello, em Ondina. Nossa diretora Eliane Simões abordou a exploração do trabalhador. Parabéns para todos que participaram desse importante encontro!

Perspectiva de desenvolvimento do mercado farmacêutico de varejo na ótica do trabalhador farmacêutico

De acordo com levantamento feito pela Federação Brasileira das Redes Associativistas e Independentes de Farmácias – Febrafar, de 2016, sobre o que os farmacêuticos esperam para este ano indica que os profissionais estão otimistas quanto à expansão nas vendas do varejo. Isso se deve ao fato de que o setor é um dos poucos na contramão da crise econômica e política pela qual passa o país.

Segundo o artigo, o mercado do farmacêutico brasileiro dobrará nos próximos cinco anos e baseia-se na certeza do aumento de renda dos consumidores, ampliação de acesso aos planos de saúde privados e envelhecimento da população. No entanto, a análise é curiosa sobre dois aspectos: a perspectiva de aumento de renda contraria as previsões do setor econômico, especialmente pela existência de 14 milhões de desempregados; e o acesso aos planos de saúde privados, que esta cada vez mais difícil com a queda dos rendimentos.

Assim, as consultorias que avaliam o mercado de saúde suplementar preveem uma quebradeira dos planos de saúde privados em função do modelo de gestão baseado na doença. Isso porque, para o plano de saúde, o melhor é que o associado nunca adoeça. O estudo ainda indica que a baixa cobertura estatal de assistência farmacêutica poderá impulsionar o mercado de compra direta, ou seja, o desembolso da população e a perda de patentes dos medicamentos de referência, que impulsiona o mercado de genéricos. Então, o cenário não é animador para o trabalhador assalariado farmacêutico, que dependerá da conjuntura política e econômica para reavaliar a carreira, o emprego e o aumento do poder de compra.

O jornal do Farmacêutico
SINDIFARMA

Impresso Especial
9912224201 DR/BA
SINDIFARMA
CORREIOS

SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DA BAHIA
Av. Sete de Setembro, 88 - Ed. Barão do Rio Branco
6º andar - Sala 602 - Salvador - Ba - Cep. 40080-001
www.sindifarma.org.br / sindifarma@sindifarma.org.br

IMPRESSO